

Esquerda, direita, esquerda, direita: sentido?

Alessandro Gagnor Galvão*

*“Dê seta para a esquerda, mas vire para a direita!”
(Juan Domingo Perón)*

Roubar bancos ou a Petrobras para financiar a revolução justifica-se, para alguns, pela suposta superioridade moral da “esquerda”. O debate é empobrecido ao utilizar como categoria principal a distinção imprecisa direita / esquerda, que no Brasil opôs direitistas e esquerdistas similarmente militaristas, estatistas, nacionalistas e antidemocráticos.

No Ocidente, as ditaduras, até a década de 1950, foram exclusivamente de “direita”. Assim, o esquerdismo associava-se ao novo, ao progresso, à destruição da ordem antiga. A afiliação à esquerda poderia ser assim justificada:

1. O homem é naturalmente bom, a sociedade o torna mau (Rousseau);
2. O capitalismo é inerentemente mau (Marx);
3. O socialismo é a superação da maldade capitalista (marxistas).

Conclusão: a esquerda é boa. O encadeamento de livres-associações levaria a pensar, na pior das hipóteses, no estalinismo, menos estigmatizado como negativo do que o nazismo, apesar de objetivamente ter matado muito mais gente, e em tempos de paz.

Embora Rousseau, Marx e os marxistas tenham uma reflexão muito mais aprofundada e matizada, para efeitos de reforço da afiliação ideológica a regra acaba sendo a simplificação: $1+2+3 = \text{esquerda é o bem}$. Ou $A+B+C = \text{o Botafogo é melhor do que o Flamengo}$. Ou $X+Y+Z = \text{meu país, bairro, Estado, religião ou cidade é incomparavelmente melhor do que qualquer rival}$. “Lógico”.

Ou seja: o conteúdo concreto da realidade subordina-se ao esquema que a explica. Grande parte dos esquerdistas defende um controle maior do Estado sobre o mercado, indivíduos e moral; portanto, classificar a esquerda como “libertária” pode ser um vício equivocado. Ainda assim, mesmo estalinistas proclamam-se libertários.

O socialista Mussolini adotou como símbolo o fascio, feixe de gravetos amarrados em torno de um machado: a união faz a força. Símbolo de poder dos magistrados da Roma Antiga: união do povo em torno da justiça estatal. “Tudo no Estado,

nada fora do Estado, nada contra o Estado” – lema fascista, seguidor do comunismo ao rejeitar o individualismo – associado, por ambos os totalitarismos, aos valores e liberdades burguesas, antagonistas da igualdade e da fraternidade.

Louis Dumont, no livro “Homo Hierarchicus”, aponta o individualismo como ideologia das sociedades modernas, em oposição às sociedades tradicionais, holistas, onde o indivíduo considera primeiro seu lugar na sociedade, e só depois sua individualidade. Nas sociedades tradicionais o destino individual vê-se como subordinado, e não superior, à classe, sexo, “raça” ou faixa etária a que pertence.

No comunismo, assim como no nazifascismo ou nas teocracias, a fraternidade de classe, raça, corporação, religião ou pátria é mais importante, ideologicamente, do que o julgamento ou aspirações individuais. Segundo Dumont, numa sociedade individualista, uma proposta holista (como o comunismo, o nazifascismo ou as teocracias) só pode ser imposta por vias autoritárias.

O comunismo “utópico” continua a ter uma força de novidade e positividade que é negada, porém, ao nazifascismo “utópico”. Embora a utopia sindical-corporativa peronista ou getulista não difira muito, na origem e na prática, das utopias nazifascistas, esses trabalhistas geralmente se classificam como “esquerdistas”.

O comunismo é mais aceito do que o nazifascismo. Provavelmente, o quadro se inverte em países vindos de ditaduras “esquerdistas”. Os EUA, que nunca tiveram uma ditadura caracterizada como de esquerda ou direita, permitem marginalmente tanto os partidos comunistas quanto os nazifascistas.

O antagonismo simplista e pré-consciente entre direita e esquerda não resiste a um pouco de raciocínio. O antissemitismo nazista apresentou-se como combate aos financistas parasitários, apoiado pelo conceito marxista de luta de classes. “Esquerdistas” apoiaram a teocracia iraniana. O respeito à ecologia, ou aos direitos civis, revelou-se muito menor nos países socialistas. O General “direitista” que tomou o poder no Peru no contexto da Guerra Fria instaurou o voto feminino, e reformas educacionais e sociais “progressistas”. Similarmente, o fascismo nasceu pregando o voto feminino e a redução da jornada laboral, e o programa nazista previa a reforma agrária, a educação dos mais pobres e a proteção aos mais idosos.

Em nome dos ideais de esquerda / direita, ou da proteção contra esses ideais, países trocaram a democracia e o liberalismo de mercado pelo autoritarismo. Os argumentos, à esquerda e à direita, são a proteção da democracia e da economia, mas levam ao sentido oposto – ao qual já se ia, se acreditarmos no determinismo de forças superiores às marolas ideológicas: a geopolítica e a macroeconomia global. Exemplo: quando há baixa demanda por commodities, pioram os termos de troca e o poder aquisitivo da população brasileira, independentemente de se o Governo é autoritário ou democrata, esquerdista ou direita. Da mesma forma, fenômenos

demográficos (como a redução da natalidade ou a migração em massa do interior para as cidades) causam bônus ou déficits nas contas de um país.

Governos frequentemente trocam a racionalidade impopular pela irracionalidade populista: distribuir, para ricos e pobres, em forma de corrupção ou benesses insustentáveis, parte da liquidez, crédito ou potencialidade pública. Esses favores resultam em fuga ou entesouramento de capital. Ou no "rentismo": financiar Governos deficitários, cobrando juros altíssimos. Resultado: queda dos investimentos produtivos, gerando escassez, inflação e aumento da pobreza em médio prazo. A solução, sem os bons ventos macroeconômicos, tende a ser o economicismo ("neoliberalismo"), ou o rompimento da ordem institucional, pela esquerda ou pela direita.

Segundo Norberto Bobbio, a esquerda tenderia a valorizar a igualdade, e a direita, a liberdade. Bobbio crê que o autoritarismo independa dessas variáveis, mas teóricos liberais apontam a falta de liberdade econômica como indicador da falta de outras liberdades burguesas: imprensa, reunião e opinião, reguladas pelo Estado em nome de uma utópica trajetória em direção à igualdade. Esse, o modelo comunista. Fato: as liberdades burguesas confundem-se com as liberdades civis. A democracia e a justiça burguesas são mais democráticas do que suas congêneres "proletárias", "nacionalistas" ou "revolucionárias". Dizer que a ditadura do proletariado é um tipo mais avançado de democracia é "novilíngua", denunciada por Huxley.

Lênin propôs um partido único como vanguarda do proletariado, fórmula adotada pelo ex-socialista Mussolini e pelo Partido dos Trabalhadores alemão, que ganhou de Hitler os adjetivos "socialista" e "nacionalista". Comunistas e nazifascistas denunciam as liberdades burguesas, e cultuam "líderes populares". A diferença fundamental entre essas ideologias, se existe, deveria ser buscada, em termos marxistas, nos meios de produção, que no nazifascismo permaneceriam particulares, como no capitalismo.

Ocorre que nos regimes autoritários dificilmente há empreendimento independente da interferência do Estado. Ou seja, a diferença essencial entre comunismo e nazismo, do ponto de vista do modo de produção, não é relevante.

As democracias liberais diferem mais do fascismo do que o fascismo difere do comunismo, inclusive no quesito supostamente essencial à esquerda, a maior igualdade na distribuição de renda ou poder.

A diferença no acesso aos bens e serviços entre a elite e a base da sociedade é maior em Cuba, ou na Venezuela, do que na Suécia, ou no Chile. Em Cuba, o oligarca tem poderes judiciários, inclusive de condenação à morte, que o rei sueco não tem. Na Venezuela, as filhas do fundador do Estado Bolivariano continuaram a morar no palacete oficial após a morte dele, algo inimaginável no Chile.

Vargas e Perón: de admiradores do fascismo a ícones da esquerda, e seus sucessores, neoliberais de esquerda e neotrabalhistas de direita

O peronismo, nacionalista, é “bolchevique”, do ponto de vista de sua democracia centralizada e desconfiada das liberdades burguesas. Getúlio e Perón apoiaram e copiaram estados nazifascistas. Mas Guevara nomeava “oásis” a Argentina peronista, assim como o México do PRI, basicamente por causa do antiamericanismo compartilhado.

Marianne Le Pen, da extrema direita francesa, admira Perón e a extrema esquerda grega, unidos pelo antiliberalismo. Le Pen descreve-se como porta voz dos “esquecidos”. A defesa dos “descamisados”, inclusive usando essa mesma palavra do vocabulário mobilizador peronista, foi feita pelo “direitista” Fernando Collor, suposto inimigo das elites, tal como seu aliado, Lula. Le Pen pretende reunir o povo contra a “oligarquia” de Bruxelas e da “Europa dos Bancos”. Fundadores dos Montoneros, milícia peronista, dividiram-se em extremistas de esquerda e direita, nos anos 1960. D. Helder Câmara, depois chamado de “bispo vermelho”, havia sido membro do movimento integralista, de inspiração fascista.

O patrimonialismo e cartorialismo brasileiros flertaram com o liberalismo antes de Getúlio, e se tornaram francamente antiliberais sob sua ditadura. Liberalizaram-se novamente na democracia seguinte, voltando ao antiliberalismo em 1964. O estatismo atingiu seu ápice com Geisel, levando à crise da dívida dos anos 1980, e à redemocratização. Movimento semelhante ocorreu em vários países vindos de ditaduras de direita, e de ditaduras esquerdistas ainda mais antiliberais.

O Chile tornou-se neoliberal na década de 1970, com Pinochet. Nos anos 1990, quase toda América Latina passou a seguir essa tendência, simplesmente por não ter mais a opção de adiar as reformas. Nem a posterior eleição dos socialistas chilenos mudou isso: eles privatizaram o sistema previdenciário. Mesmo o peronismo dos anos 1990 surpreendeu ao abrir e privatizar ferozmente a economia. O peronismo, sempre categorizado por seu nacionalismo, vinculou o peso ao dólar, e ofereceu enviar tropas argentinas para o Iraque, para ajudar, ao lado da Inglaterra, um tradicional inimigo das esquerdas: os Estados Unidos. Sob a direção de Bush.

Argentina e Brasil mantiveram suas moedas ancoradas ao dólar por tempo demais. O controle inflacionário degenerou em inviabilização das exportações. A insustentabilidade desse modelo evidenciou-se bruscamente com maxidesvalorizações cambiais, abrindo caminho para a... “esquerda”.

Néstor Kirchner propôs, messianicamente, numa terminologia similar ao evolucionismo marxista, “uma etapa superior do peronismo”. Continuou favorecendo empresários amigos e perseguindo opositores, apoiando-se no sindicalismo. Sua herdeira “controlou” ainda mais a economia, definindo metas de produção e inves-

timento, bem como países de onde as matérias primas serão importadas, e os preços a serem cobrados. Tenta dirigir a estratégia das empresas, e troca cargos públicos e subsídios por apoio político.

A igualdade é antiliberal?

Antes da Revolução, os indicadores de saúde e educação em Cuba já eram melhores do que no resto da América Latina. A taxa de mortalidade infantil era a terceira menor do mundo, o que indica acesso dos mais pobres ao sistema de saúde. Embora o liberalismo pré-Castro tenha contribuído para o progresso, ao estimular investimentos espanhóis e americanos, ele por si só não garantiu a igualdade econômica. Perfil demográfico, sistema tributário e investimentos em educação são mais importantes para diminuir as diferenças de renda entre os cidadãos.

No Brasil do vintênio 1960-1980, o estatismo cresceu paralelamente ao aumento de desigualdade. Havia a proibição das reivindicações populares, mas o que explica o fenômeno, segundo Carlos Langoni, foram fatores demográficos e educacionais. A urbanização promoveu um desenvolvimento acelerado, mas o Brasil, ao contrário da Ásia de vinte anos depois, não investiu na educação, causando demanda por mão de obra qualificada sem contrapartida de oferta. Resultado: aumento desproporcional dos salários dos escolarizados.

Em 1960, a média de filhos por brasileira era 6, causando excesso de trabalhadores, remuneráveis com salários baixíssimos. A desigualdade atingiu seu ponto máximo no final da década de 80. A pobreza, até então decrescente apesar da desigualdade, passou a aumentar com a crise do modelo antiliberal. Programas de combate à pobreza começaram a ser concebidos, e implantados nos anos seguintes, paralelamente à continuidade do processo de diminuição do Estado, concluído em 1999, com a adoção do câmbio flutuante. A partir daí, sob FHC, as curvas de aumento do PIB e de melhora do índice da desigualdade têm seu ritmo estabelecido.

O esquerdismo ainda é entendido como distribuidor de renda por meio de restrições à livre iniciativa e ao livre mercado. O bolivarianismo é antiliberal. Chávez considerava-se marxista e peronista, elegendo, como Perón fez inicialmente, o imperialismo estadunidense como inimigo externo. Mas o filofascista Perón criticava a Revolução Cubana, e com o tempo afastou-se da retórica antiliberal, atraindo nacionalistas, conservadores e "direitistas". Ignorou, como Chávez, reformas tributárias ou educacionais. Na Argentina, Chile e Uruguai, a universalização do ensino público foi feita no início do século XX, sob governos "direitistas", de forma consciente, como no caso argentino. Essa foi uma conquista estrutural para o enriquecimento e diminuição das desigualdades nesses países. O peronismo coincide com o início da decadência argentina.

O conservadoríssimo Bismark implantou a aposentadoria no século XIX, a China comunista ainda não a tinha no século XXI. Kirchnerismo e lulismo apostaram, como Perón, basicamente em políticas equívocas dirigidas ao clientelismo sindical e empresarial. Desprezaram reformas tributárias distributivas, ou educacionais, consumindo irresponsável e criminalmente os capitais gerados pelo boom das commodities. Enquanto Lula criticava o oligopólio das empresas de mídia, patrocinava uma lei favorecendo o oligopólio no setor telefônico, ao mesmo tempo em que a imprensa denunciava que seu filho estaria ganhando milhões do principal beneficiado por esse oligopólio. Outros oligopólios foram favorecidos por empréstimos do BNDES (os “campeões nacionais”).

De 1990 a 2002, a década “neoliberal”, a pobreza brasileira diminuiu de 48,4 para 43,9%, e a indigência, de 22,6 para 19,3%. Na década seguinte, a abertura do mercado chinês e indiano criou renda e a distribuiu nos países subdesenvolvidos, independentemente de seus governos serem de direita ou de esquerda. No Brasil, a pobreza e a indigência diminuíram ainda mais expressivamente do que antes: de 43,9 para 28,1%, e de 19,3 para 11,3%, respectivamente. As matérias primas que exportávamos foram sobrevalorizadas: entre 2000 e 2011 a China aumentou em 400% suas compras do Brasil. Simultaneamente, houve deflação no preço dos manufaturados que importávamos. As reformas liberais que na década anterior desorganizaram temporariamente a economia maturaram positivamente no primeiro mandato do Lula (embora sua retórica populista apontasse uma “herança maldita”).

O fluxo de dólares derivado do boom de commodities e da abertura de mercados financiou programas sociais. O Chile neoliberal reduziu sua pobreza de maneira mais expressiva do que o Brasil, entre 1990 e 2008. Chilenos foram os primeiros a lograr os objetivos do milênio, da ONU. Sua primeira presidente socialista promoveu reformas “neoliberais”, como a previdenciária.

No fim da década de 1990, frente à escassez de recursos, debatia-se, contra a “universalização” dos benefícios, a “focalização” nos mais necessitados, economizando-se 75% dos gastos sociais. A “esquerda” via essa ênfase na eficiência e na restrição como neoliberalismo.

Em 2001, o PMDB, vice na chapa do PSDB à Presidência, encomendou propostas econômicas para estudiosos considerados “direitistas” por Serra. Outros economistas juntaram-se aos anteriores numa proposta apartidária chamada “Agenda Perdida”, buscando a eficiência das políticas sociais por meio do cadastro, monitoração e unificação dos programas de combate à pobreza.

A “Carta ao Povo Brasileiro”, compromisso petista de não romper contratos, apelidada de “Carta aos Banqueiros”, não conteve a crise de liquidez causada pela perspectiva de eleição de Lula. O causador da crise foi eleito, e o Bolsa Família idea-

lizado pelos economistas liberais foi implantado, em lugar do mercadológico “Fome Zero”. Nos primeiros anos de PT, não se altera o modelo macroeconômico herdado, e garantido, no Banco Central, por um ex-banqueiro internacional peessedebista: Henrique Meirelles. Simultaneamente, intensificava-se o boom das commodities, e o excesso de crédito internacional facilitava as políticas assistencialistas antes vistas como direitistas, agora como esquerdistas. O PT pôde aumentar ou consolidar políticas originadas no Governo Sarney, e aliar-se “direitistas” como o próprio Sarney, Collor e Maluf.